



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Requerimento de Comissão

REQUERIMENTO DE COMISSÃO Nº **914/2021** /

Em atendimento ao disposto no art. 9º, § 4º, da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, esta Comissão de Orçamento e Finanças Públicas é responsável por realizar audiências públicas, até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, para que seja feita a prestação de contas quadrimestral pelos poderes Executivo e Legislativo.

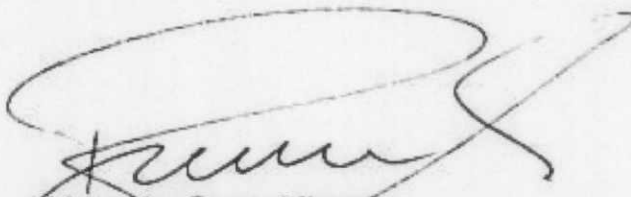
Em relação ao acompanhamento da execução físico-financeira do Plano Plurianual 2018/2021 e da execução do Orçamento 2021, entendo ser essencial a participação das demais comissões de mérito.

Dessa forma, solicito a esta Comissão que envie ofício à Comissão de Administração Pública; Comissão de Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana; Comissão de Desenvolvimento Econômico, Transporte e Sistema Viário; Comissão de Saúde e Saneamento; Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia, Cultura, Desporto, Lazer e Turismo; Comissão de Direitos Humanos, Igualdade Racial e Defesa do Consumidor e Comissão de Mulheres, concedendo o **prazo do dia 5 a 20/8/2021** para que estas apresentem questões sobre os projetos estratégicos e da execução orçamentária, bem como sobre outras ações ligadas à sua competência, que gostariam que fossem detalhadas pelos gestores do Executivo na audiência pública que será realizada no dia 30/9/2021, às 10.00h, no Plenário Amyntas de Barros, conforme Requerimento de Comissão nº 35/2021, com a finalidade de apresentar e discutir a prestação de contas referente ao 2º quadrimestre de 2021 dos poderes Executivo e Legislativo.

A partir das questões enviadas pelas demais Comissões, esta Comissão de Orçamento e Finanças Públicas irá elaborar pedido de informação consolidando todas as questões, desde que digam respeito à execução físico-financeira do Plano Plurianual 2018/2021 e da execução do Orçamento 2021.

Belo Horizonte, 3 de agosto de 2021.

PROPOSIÇÃO INICIAL
Avulsos distribuídos
Em <u>03/08/2021</u>
<u>WLL - 526</u>
Responsável pela distribuição


Vereador Bruno Miranda
Presidente da Comissão Orçamento e Finanças Públicas

À Comissão de Orçamento e Finanças Públicas
Câmara Municipal de Belo Horizonte

Protocolizado conforme
Portaria nº 18.884/20
Data: 03/08/21
Hora: 13:40:46



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS PÚBLICAS

PARECER EM PRIMEIRO TURNO

PROJETO DE LEI Nº 114/2021

VOTO DO RELATOR

1. RELATÓRIO

De autoria da Ver.(a) Marcela Trópia, o Projeto de Lei nº 114/2021 que “Dispõe sobre medidas de transparência a serem observadas durante situação de emergência e estado de calamidade pública decorrentes de doenças contagiosas e dá outras providências.”, com autuação em 07 de maio de 2021, tramita em primeiro turno e vem para análise e parecer desta Comissão.

A Comissão de Legislação e Justiça, que teve como relatora a vereadora Fernanda Pereira Altoé, apreciou a matéria concluindo a aprovação em parecer pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade, com apresentação de Emenda.

A Comissão de Saúde e Saneamento, que teve como relator o vereador Claudio do Mundo Novo, apreciou a matéria concluindo em parecer pela aprovação com apresentação de Emenda.

Na Comissão de Administração Pública, que teve como relator o vereador Vereador Helinho da Farmácia, apreciou a matéria concluindo em parecer pela aprovação.

Remetido à esta Comissão e consoante despacho de recebimento exarado pela Exma. Presidente desta Casa, cabe à Comissão de Orçamento e Finanças Públicas emitir parecer, na forma do art. 52, inciso III, alíneas “b” ,“c” e “d” do Regimento Interno sobre:

Art. 52 - A competência de cada comissão permanente decorre da matéria compreendida em sua denominação, incumbindo especificamente à:

III - Comissão de Orçamento e Finanças Públicas:

- b) repercussão financeira das proposições;
- c) compatibilidade das proposições com o plano diretor, o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e o orçamento anual;



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

d) fiscalização da aplicação dos recursos públicos e acompanhamento do cumprimento do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e do orçamento anual;

Designado Relator para a matéria, passo à fundamentação de parecer e voto.

2. FUNDAMENTAÇÃO

Em síntese, o projeto tem o intuito de discorrer sobre medidas de transparência a serem observadas durante situação de emergência e estado de calamidade pública decorrentes de doenças contagiosas, como a atual pandemia de COVID-19.

2.1 Da Repercussão Financeira; (art. 52, III, b)

Nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF (Lei Complementar nº 101), repercussão financeira é toda e qualquer ação que gera custos ao erário ou implique em renúncia de receitas. Em análise ao Projeto não verificamos a ocorrência de nenhuma das situações elencadas nos artigos 14, 15 e 16 da LRF.

Acerca da repercussão financeira da proposição, nota-se que a proposta não gerará impacto financeiro significativo, uma vez que o Projeto de Lei não prevê acréscimos ou despesas relevantes sobre as contas públicas. Nesse sentido, é importante pontuar o art. 16 da Lei de Responsabilidades Fiscal que aborda sobre a geração de despesas e apresenta o seguinte:

Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de: (Vide ADI 6357)

I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;

II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

O mesmo artigo ainda determina ressalva quanto às despesas consideradas irrelevantes, vejamos:

Art. 16[...]

§ 3º Ressalva-se do disposto neste artigo a despesa considerada irrelevante, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias.

Nos termos da Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente, Lei Municipal Nº 11.253/2020, são classificadas como despesas irrelevantes aquelas que não ultrapasse, para bens e serviços, os limites dos incisos I e II do art 24 da Lei Federal 8.666/93, ou seja, R\$17,600,00 (dezesete mil e seiscentos reais).

Assim, verifica-se a compatibilidade da proposição com os dispositivos legais apresentados, visto que não há no projeto em questão aumento de despesas para o Poder Executivo, a não ser aquelas que, nos termos do § 3º do art 16 da Lei de Responsabilidade Fiscal, possam ser consideradas como irrelevantes.

Acerca dos entendimentos doutrinários, na Revista do TCU - Responsabilidade Fiscal, vemos ainda que as despesas que não alteram o orçamento não precisam vir acompanhadas da referida estimativa. O Tribunal de Contas de Santa Catarina manifesta o seguinte:

entende-se que a demonstração do impacto financeiro e compatibilidade com o plano plurianual e a lei de diretrizes é exigível apenas para aumento de despesas originadas na criação, expansão e aperfeiçoamento de ação promovida no curso da execução de um orçamento, necessitando modificação orçamentária (créditos adicionais), já que para as despesas consignadas no orçamento já houve demonstração do impacto e da compatibilidade com o PPA e LDO no momento da elaboração e aprovação do orçamento. (SANTA CATARINA, 2002, p. 49).



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

O entendimento é sólido, portanto, quanto a não necessidade de estimativas ou declarações ante a despesas que se mantêm inalteradas e adequadamente previstas nos instrumentos orçamentários. Entendendo que as despesas irrelevantes não geram impactos, pois já foram previstas nos instrumentos orçamentários na criação da ação governamental.

Além disso, na interpretação de Toledo Júnior e Rossi (2002, p. 112), não é qualquer aumento de gasto público que precisa submeter-se aos preceitos do art. 16 da LRF, pois

[...]livres dessas cautelas estão as despesas corriqueiras, habituais, relacionadas, apenas e tão-somente, à operação e manutenção dos serviços preexistentes e que nada tenham a ver com criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental. Essas atividades rotineiras não se prevêem na LDO nem no PPA.

Dessa forma, mais uma vez, entende-se que as despesas irrelevantes não impactarão nos instrumentos orçamentários, já que por terem um valor tão inexpressivo não alteram o orçamento e, portanto, não precisam ser estimadas.

Ressalta-se ainda que o art. 4º do Projeto de Lei determina que “As despesas decorrentes da execução desta lei ocorrerão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário”, a partir disso, é relevante considerar o que preceitua o art. 134 da Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte:

Art. 134 - São vedados:

- I - o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual;
- II - a realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais;

Fica evidente, desse modo, de acordo com o disposto no art. 134 supra da LOMBH, que não ocorrerá a realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais, garantindo assim o cumprimento orçamentário estimado.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

2.2 Da compatibilidade das proposições com o plano diretor, o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e o orçamento anual; (art. 52, III, c)

No que se refere ao Plano Diretor, sabe-se que atualmente este é regulado pela Lei Municipal nº 11.181/2019.

A partir dos artigos 333 e 336 do plano citado, observa-se a necessidade de se garantir a transparência dos instrumentos de gestão, bem como objetiva o Projeto de Lei em questão.

O art. 333 aborda no inciso II a necessidade do controle social e da participação popular para garantir a transparência das ações. Desse modo, fica evidente que o Projeto de Lei corrobora com essa disposição legal, visto que propõe otimizar a organização e integração dos conteúdos de transparência e reduzir a desinformação de grande parte da população, ou seja, busca a transparência das ações, bem como a participação popular. Além disso, frisa-se no art. 336 o objetivo de garantir a transparência das ações e dos programas, por meio da divulgação dos dados obtidos com o monitoramento e a avaliação, assim, vemos mais uma vez que tal legislação está consoante com o Projeto de Lei que objetiva garantir o acesso à informação e dados abertos, por meio portal exclusivo e atualizado em tempo real.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, estabelece quais serão as prioridades de investimento do governo para o ano seguinte. Para isso, fixa o montante de recursos que se pretende economizar; traça regras, vedações e limites para as despesas; autoriza o aumento das despesas com pessoal; regulamenta as transferências a entes públicos e privados; disciplina o equilíbrio entre as receitas e as despesas; além de estabelecer orientações para elaboração do orçamento anual.

Portanto, é necessário que os Projetos de Lei em trâmite nesta Casa estejam em consonância com a LDO. Temos que atualmente a LDO é disciplinada pela Lei 11.253/2020 e dispõe sobre as diretrizes para a elaboração do orçamento do ano de 2021.

Conforme já apontado a proposição coaduna com a LDO vigente vez que cumpre os requisitos considerados dentro das despesas irrelevantes. Desse modo, verifica-se que os recursos destinados ao Projeto de Lei, ou seja, a dotação específica e as possíveis despesas irrelevantes, conforme estipulado na Lei Municipal Nº 11.253/2020 e citado anteriormente, já



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

são estimados e estão de acordo com as limitações de despesas previstas na LDO. Dessa forma, garante-se o equilíbrio das contas públicas, sem despesas excessivas.

A Lei do Orçamento Anual — LOA/2021 é disciplinada pela Lei 11.277/20 e define a origem, o montante e o destino dos recursos a serem utilizados no Município. Ela traz a previsão da receita, que representa os recursos dos tributos, dos empréstimos e de outras fontes, que devem ser arrecadados durante o ano e fixa esse mesmo valor como teto para as despesas que poderão ser executadas pelo governo.

É sabido que a LOA deve ser elaborada de acordo com o PPAG e com a LDO, devendo estar em consonância entre elas. Conforme anotado anteriormente, o Projeto não apresenta incompatibilidades com o PPAG e nem com a LOA.

2.3 Da fiscalização da aplicação dos recursos públicos e acompanhamento do cumprimento do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e do orçamento anual; (art. 52, III, d)

No que tange acerca da fiscalização da aplicação dos recursos públicos e acompanhamento do cumprimento do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e do orçamento anual, analisa-se que há uma fiscalização dos recursos públicos, visto que o Projeto de Lei prevê um relatório periódico de prestação de contas sobre ações de enfrentamento à doença, com detalhamento dos recursos recebidos e gastos realizados.

Observando-se a competência desta comissão verificamos que o projeto de lei em análise não encontra óbice que macule sua tramitação, estando de acordo com a legislação supracitada e, portanto, apto à aprovação.

Sendo assim, me posiciono pela aprovação do presente Projeto de Lei.

3. CONCLUSÃO



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Diante do exposto, concluo pela aprovação do Projeto de Lei nº 114/2021.

Belo Horizonte, de agosto de 2021.



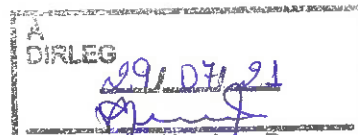
Vereador Professor Claudiney Dulim

Vice-Líder de Governo

Líder do AVANTE



PREFEITURA MUNICIPAL
DE BELO HORIZONTE



Secretaria Municipal de Assuntos Institucionais e Comunicação Social

OF. SMAICS/GACP/Nº 2035 / 21

Belo Horizonte, 26 / 07 / 2021

Prezada Presidente,

Recebemos a Indicação nº 157/2021, de autoria do Vereador Bruno Miranda, sugerindo ao Executivo que sejam incluídas no Projeto de Plano Plurianual de Ação Governamental 2022-2025 e no Projeto de Lei do Orçamento Anual 2022, a serem encaminhados ao Legislativo, as medidas de interesse público, originárias das Sugestões Populares apresentadas por cidadãos ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2022 – Projeto Lei nº 140/2021, relacionadas nos Anexos nº I e a VII.

Segue, anexa, resposta da Fundação Municipal de Cultura – FMC.

As demais solicitações estão em análise nos órgãos responsáveis.

Na oportunidade, renovamos nossos votos de estima e elevado apreço.

Atenciosamente,

Adriana Branco Cerqueira
Secretária Municipal de Assuntos Institucionais e
Comunicação Social

Exma. Sra. Presidente Vereadora Nely Aquino
Câmara Municipal
CAPITAL

ENCARTE

2021-07-29 11:50:00 000199-2/2

CHBH_DIRLEG-29/jul/21-14:28:49-001847-1

Ofício GAB-SMC / DALE/ Nº 072/ 2021

Belo Horizonte, 19 de julho de 2021.

Ref.: Indicação n.º 157/2021 - Inclusão PPAG 2022/2025 - solicitação de realização de editais de financiamento à Cultura por segmento.

Prezado Senhor,

Cumprimentando-o cordialmente e com vista a subsidiar resposta à solicitação da Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara Municipal de Belo Horizonte por meio Indicação n.º 157/2021, Anexo III - Área de Resultado Cultura: Sugestão Popular n.º 31, que solicita a realização de editais de financiamento à cultura por segmentos culturais, informamos a inviabilidade desta Secretaria em acolher o pedido, tal qual foi apresentado, para o atual ciclo de planejamento, devido aos variados impactos infraestruturais que a proposta acarreta simultaneamente. Contudo, reforçamos que temos trabalhado para que a política municipal de fomento e incentivo à cultura expanda, de forma gradativa, no longo prazo, o volume de editais setoriais, contemplando categorias e regramentos específicos para as diversas linguagens artísticas. A seguir, evidenciamos as ações e medidas que vêm sendo tomadas nesse sentido.

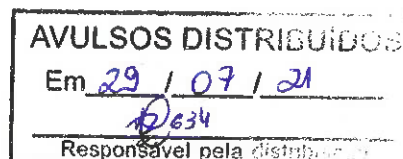
Primeiramente, cumpre destacar que os Editais oriundos da LEI 11.010/2016 - Política Municipal de Fomento à Cultura contemplam os setores artísticos culturais estabelecidos pelo Conselho Municipal de Política Cultural - COMUC, a saber: ARTES VISUAIS E DESIGN, AUDIOVISUAL, CIRCO, CULTURAS POPULARES TRADICIONAIS, CULTURAS POPULARES URBANAS, DANÇA, GASTRONOMIA E CULTURA ALIMENTAR, LITERATURA E LEITURA, MÚSICA, PATRIMÔNIO, MEMÓRIA, ARQUIVO E MUSEUS, MODA E VESTUÁRIO e TEATRO. Ainda, o Plano Bianual de Financiamento, também aprovado pelo COMUC, estabelece os percentuais, dentro do orçamento previsto para os Editais de Fomento, a serem destinados para cada uma das linguagens artísticas acima descritas. Lembramos que, desde a retomada do cronograma de Editais de Fomento, em 2017, diversos ajustes vêm sendo realizados no intuito de aperfeiçoar o mecanismo.

O primeiro deles se deu em 2018, ano que, em caráter inédito, os editais da modalidade Incentivo Fiscal e Fundo foram separados. Com esta diretriz, aprovada pelo COMUC, o processo de inscrições pôde ser simplificado, sendo que as regras e os demais procedimentos de participação se tornaram mais acessíveis aos proponentes. Tanto o Edital da modalidade Fundo quanto o da modalidade Incentivo Fiscal se mantiveram multissetoriais, contemplando todas as linguagens artísticas acima descritas em diversas categorias de financiamento.

Já no ano de 2019, foi criado o BH nas Telas, Programa de Desenvolvimento do Audiovisual, que ampliou e inaugurou um conjunto de políticas voltadas para o setor do audiovisual. Dentro desse programa, foi lançado o Edital BH nas Telas, voltado para projetos exclusivamente relacionados à linguagem audiovisual.

Ilmo Sr. Guilherme Souza Barcelos
Diretoria de Acompanhamento Legislativo
Secretaria Municipal de Governo
Prefeitura Municipal de Belo Horizonte

C/C. Ilmo Sr. André Abreu Reis
Secretário Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão
Prefeitura Municipal de Belo Horizonte



Também é importante frisar a existência de editais que possuem um caráter mais regional. São eles o Edital Descentra e o Edital Zona Cultural Praça da Estação. O Edital Descentra abrange projetos, dos mais diversos setores artísticos, voltados para regiões com baixo histórico de participação nos mecanismos de fomento do município. Já o Edital Zona Cultural Praça da Estação, contempla projetos que visem a ocupação do TERRITÓRIO DA ZONA CULTURAL PRAÇA DA ESTAÇÃO e, também, abrange diversos setores artísticos em seu escopo.

Sendo assim, vê-se que já há um esforço da Secretaria Municipal de Cultura, em parceria com a Fundação Municipal de Cultura, em diversificar os mecanismos de Fomento, lançando editais que não só contemplem as mais diversas linguagens e setores artísticos culturais de uma maneira mais adequada, como também, atenda às necessidades de descentralização das atividades e ações culturais.

Sendo o que se apresenta, despedimo-nos e colocamo-nos à disposição para outros esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

FABIOLA MOULIN
MENDONCA:540794
62620

Assinado de forma digital por
FABIOLA MOULIN
MENDONCA:54079462620
Dados: 2021.07.20 13:12:46 -03'00'

Fabiola Moulin Mendonça
Secretária Municipal de Cultura

AVULSOS DISTRIBUÍDOS

Em 29 / 07 / 21

2634

Responsável pela distribuição